

Economia Circular e os Pequenos Empreendedores na implementação climática

SÉRIE COP30 – N2

SEBRAE COP 30*





Empresa Engenho Café do Açaí

© 2025. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Informações e contatos

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE
SGAS 605 – Conjunto A
CEP 70.200-904 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3348-7254
www.sebrae.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL
José Zeferino Pedrozo
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA
Décio Nery de Lima
Diretor-Presidente
Bruno Quick Lourenço de Lima
Diretor-Presidente
Margarete de Castro Coelho
Diretora de Administração e Finanças

Coordenação Técnica COP30
Gustavo Cezário
Vinicius Lages



Colaboradores Sebrae

Andre Luiz Spinelli Schelini
Camila Souza de Andrade
Carlinho de Souza Santos
Carlito Merss
Giovanni Beuiláqua
Gustavo de Lima Cezário
Jeconias Rosendo Junior
Joana Bona Pereira
Juarez de Paula
Juliana Ferreira Borges
Kamila Rodrigues Merle
Kelly Cristina Valadares Sanches
Philippe Fauguet Figueiredo
Renato Perlingeiro Salles Junior
Thyago Batista Ribeiro Gatto
Warley Henrique da Silva

Colaboradores Externos

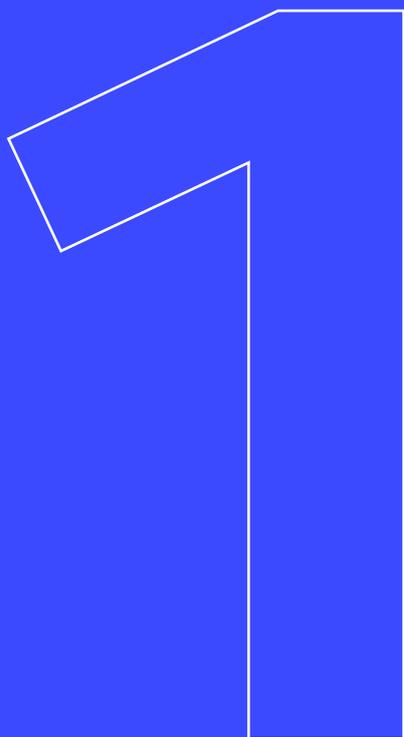
Carolina Grottera – Ministério da Fazenda (MF)
Eduardo Djanikian – ABDE
Fernando Yuri – PTE/FGV
Matias Cardomingo – Ministério da Fazenda (MF)
Pedro Prata, Ellen MacArthur Foundation
Nico Kohlhas – GIZ
Paula Pariz – Fundação Avina
Tatiana Caiado – GIZ



SUMÁRIO

1. Sumário Executivo.....	5
2. Marcos da Economia Circular no Brasil	11
3. Circularidade na vida do brasileiro.....	15
4. Financiamento da Economia Circular	19
4.1 Taxonomia de Economia Circular	19
4.2 Políticas Fiscais e Tratamento Tributário	21
4.3 Compras Públicas	22
4.4 Mecanismos de Financiamento	23
5 Sebrae na COP da Implementação	28
6 O Futuro que queremos	35
7 Apoiam este Documento.....	39





1. SUMÁRIO EXECUTIVO



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Pela primeira vez, Economia Circular e Pequenos Empreendedores estão indicados como Dias Temáticos da Conferência nas Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP do Clima). Isto significa que cresce o compromisso de atores em acelerar a transição para uma economia circular, reconhecendo o papel relevante das pequenas empresas para o combate às mudanças climáticas.

Embora a transição para energias renováveis possa abordar 55% das emissões de gases de efeito estufa, outros 45% estão relacionados com a forma que fabricamos e usamos produtos no modelo de economia linear – “extrair-produzir-desperdiçar”. Estatísticas essas da Fundação Ellen MacArthur¹, que trata a Economia Circular como uma abordagem sistêmica baseada em três princípios fundamentais: eliminar o desperdício e a poluição em toda cadeia de valor reduzindo as emissões de GEE, circular produtos e materiais para reter a energia incorporada, regenerar a natureza para sequestrar carbono no solo e produtos.

Consumo e produção responsável é uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 12), tendo a Economia Circular contribuições com vários outros ODS. De acordo com o Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)², a extração dos recursos naturais triplicou nas últimas cinco décadas, sobretudo em decorrência da urbanização e aumento do padrão de consumo da população. O Panorama Global de Recursos 2024³ indica a necessidade de reduzir o crescimento projetado para o uso de recursos em um terço até 2026, ao mesmo tempo em que mantemos a expectativa de expandir a economia e melhorar o bem-estar. Esta dualidade é um falso paradigma, já que somos capazes de manter o valor dos materiais em uso e ampliar os processos de virtualização de forma a dissociar o crescimento econômico do consumo de matérias-primas, reduzindo a vulnerabilidade aos riscos climáticos.

Na Conferência nas Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP30), discutiremos mecanismos de financiamento, modelos de negócios sustentáveis, políticas públicas capazes de catalisar a adoção de um sistema regenerativo circular. Os benefícios destas mudanças se traduzem em cidades mais resilientes, com maior distribuição de valor na economia e estímulo a inovação. Para a efetiva mitigação e adaptação do efeito climático, será necessário aumentar significativamente o nível de ambição de compromissos do setor público e privado.

¹ *Completando-a-figura-Como-a-economia-circular-ajuda-a-enfrentar-as-mudanc-as-clima-ticas.pdf*

² *Países ricos usam seis vezes mais recursos naturais e geram 10 vezes mais impactos climáticos do que países de baixa renda*

³ *Panorama Global de Recursos 2024 | UNEP - UN Environment Program*

A abordagem aqui defendida inicia já na fase de concepção do design dos bens, exigindo que os produtos sejam concebidos para desmontagem, modularidade, reparabilidade, biodegradabilidade e reutilização. A substituição de insumos tende a valorizar materiais renováveis, a exemplo do uso de madeira certificada nas construções. Ações específicas que constituem as "Estratégias-R" (reparar, reutilizar, redistribuir, renovar, remanufaturar, reciclar e regenerar) possuem um grau de conhecimento maior entre as pequenas empresas, de acordo com estudo do Sebrae⁴.

É preciso avançar ainda em tecnologias que garantem vantagens econômicas, como é o caso do aço em que a reciclagem consome apenas 10% a 15% de energia necessária para a produção de aço primário (Ellen MacArthur, 2009). Investir em inovações para o sequestro de carbono passa por soluções baseadas na natureza, como o manejo de agroecossistemas que fornece alimentos e materiais. O uso da terra tem que ser capaz de garantir a manutenção da biodiversidade e a segurança alimentar. Produtos da bioeconomia precisam adquirir valor agregado, financiamento, logística e armazenamento, além de incentivos para a sustentabilidade dos negócios suficiente para competir, por exemplo, com as monoculturas de grãos e a agropecuária.

Ao garantir que produtos e materiais não sejam desperdiçados e a perda de valor seja minimizada em toda a cadeia de valor, os

benefícios referentes ao custo indicam que um novo modelo de desenvolvimento é possível. De acordo com a Ellen MacArthur (2009), no sistema atual de economia linear, 95% do valor do material em embalagens plásticas, ou seja, de US\$ 80 bilhões a US\$ 120 bilhões, são perdidos anualmente para a economia mundial após um breve primeiro uso. As projeções do Panorama ABREMA (2024)⁵ indicam que, em 2023, as despesas dos municípios brasileiros giraram em torno de R\$ 34,7 bilhões em serviços de varrição de vias e limpeza de áreas públicas, coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e rejeitos – sendo que 41,5% da disposição final ainda é inadequada. O estudo indica também que dos 80 milhões de toneladas geradas de RSU em 2023, apenas 8,3% de material seco foram enviadas para a reciclagem no Brasil (maior parte de coleta informal) e 0,4% recebidas em pátios ou usinas de compostagem.

O aumento do preço relativo dos recursos naturais não deve ser o maior estímulo para o ponto de virada para novos modelos de negócios. De acordo com estudo publicado pela Chatham House⁶, frente às tendências de desglobalização e ameaças do sistema multilateral de comércio, governos priorizarão o controle soberano dos seus recursos materiais secundários (em todos os estágios de seu ciclo de vida) a fim de garantir a segurança dos recursos para as indústrias nacionais, reduzir a dependência de outros estados e aumentar as capacida-

⁴<https://cms.mt.sebrae.com.br/storage/sites/e50b7e84-deb0-483b-823b-eacbbeaa586a/document/7d2da58d-a694-4291-abd4-2cfa2b65aad1.pdf>

⁵<https://www.abrema.org.br/panorama/>

⁶What is Circular Resource Nationalism? | [circulareconomy.earth](https://www.circular-economy.org/) | Chatham House

des tecnológicas. Diante deste nacionalismo de recursos naturais, nota-se progresso em ações governamentais capazes de incentivar, mobilizar e acelerar a transição para uma economia circular.

No Brasil, o compromisso para o Federalismo Climático (Resolução nº 3 do Conselho da Federação, 3 de julho de 2024) chama atenção que a agenda climática não deve ser pauta prioritária apenas das Nações Unidas ou de alguns governos nacionais, mas sim uma estratégia adotada por todos os entes federativos de maneira continuada, progressiva, coordenada e participativa com todos os atores relevantes. É preciso engajar estados e municípios nestas metas pela circularidade de modo a contabilizar nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

As cidades podem desempenhar papel relevante no estímulo a recirculação eficaz de produtos e materiais nas áreas urbanas. Influenciar a maneira como as estruturas de construção são projetadas e reutilizadas, fomentar infraestrutura de compartilhamento de ativos, pontos de entregas voluntárias, centros de desmontagem e reciclagem, valorizar sistema modal partilhado apoiado por plataformas digitais e inteligência artificial, promover a redução do desperdício de alimentos, com utilização de resíduos orgânicos e tratamento de efluentes líquidos (esgotos) a fim de produzir novos compostos, como biomassa e fertilizantes. A agenda climática dos governos

locais deve ser capaz de incluir os pequenos empreendedores, incentivando estes a acelerarem o dimensionamento de soluções circulares na direção de metas líquidas zero em todo o território. Aliás, parcerias público-privadas podem ser estimuladas como mecanismo para compartilhar e reduzir os riscos de investimento em projetos de Economia Circular.

O efeito cascata de benefícios sistêmicos é difícil de ser mensurado: criação de emprego e renda, sequestro de carbono, melhor retenção de água, menor dependência de fertilizantes químicos importados, avanços em iniciativas de agricultura urbana, redução dos custos dos programas de segurança alimentar e gestão de resíduos sólidos, a regeneração e a conservação da socio-biodiversidade e do patrimônio genético. Vale considerar ainda os efeitos negativos de eventos climáticos: interrupção das atividades por falta de energia, aumento dos custos operacionais em decorrência dos preços de insumos, danos às instalações ou sistemas logísticos, entre outros. Daí a importância de avançarmos em um quadro analítico de indicadores para monitorar esta transformação a partir dos territórios.

Precisamos de mais projetos-pilotos nos municípios, novas startups com negócio de impacto apoiadas desde a academia, estruturação de cadeias circulares com soluções de negócios rentáveis a ponto de serem multiplicados. O Sebrae certamente é um parceiro importante no estímulo ao desen-



volvimento deste ecossistema, seja pelo seu papel central na mobilização da rede para engajar mais entidades a esta causa ou por seu potencial de contribuição na promoção de campanhas junto a clientes e cidadãos para estabelecer a confiança em produtos e materiais secundários, por exemplo.

Este Serviço Social Autônomo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), promovendo a cultura empreendedora em estudantes, gestores públicos e demais parceiros. Em consonância com as agendas nacionais de desenvolvimento, este “Serviço de Apoio” a política pública brasileira se insere no tema da Economia Circular, contando com grande capilaridade para contribuir com a transformação em todo território nacional.



No plano internacional e alinhado com as prioridades definidas para a COP30, o Sebrae traz as seguintes recomendações:

1. **Desenvolver mecanismos para incluir os esforços das micro e pequenas empresas nos resultados do *Global Stocktake (GST)*, reconhecendo este como referência para orientar a efetiva implementação das ações climáticas;**
2. **Promover metas de *Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês)* que abranja a produção nos países, assim como o consumo de bens materiais, vinculados a indicadores de Economia Circular como tempo de vida útil de cada produto;**
3. **Simplificar, diversificar e democratizar o acesso ao financiamento junto a bancos multilaterais, com fomento de bancos regionais, enfatizando no *Roadmap Baku-Belém* a importância de investimentos para eliminar resíduos, aumentar circularidade dos materiais e intensificar ações regenerativas;**
4. **Fortalecer a *Agenda de Ação COP30*, com catalisadores e aceleradores, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação, para *inovação e empreendedorismo climático* no tema da Economia Circular, gerando modelos de negócios sustentáveis a serem multiplicados;**
5. **Ressaltar a diversidade multidimensional na *Transição Justa* com abordagens que engajam todo setor privado, com tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, contribuindo para a criação de empregos verdes descentes e valorizando serviços ambientais prestados por ocupações como catadores e catadoras de recicláveis.**
6. **Garantir que a priorização de indicadores na *Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês)* e no *Programa de Trabalho sobre Mitigação (MWP, na sigla em inglês)* contemplem a Economia Circular, com especial atenção aos meios de implementação dos governos locais;**
7. **Ampliar *Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM, na sigla em inglês)* com elegibilidade para atividades de Economia Circular.**



2. MARCOS DA ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL



2. MARCOS DA ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL

A Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC) pode ser considerada como um grande guarda-chuva destas políticas. Expressa no Decreto Nº 12.082, de 27 de junho de 2024, o ENEC se traduz numa articulação de órgãos da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover a transição econômica do atual modelo linear para a lógica de circularidade. O artigo 2º do Decreto traz a seguinte definição de Economia Circular:

Sistema econômico de produção que mantém o fluxo circular de recursos e associa a atividade econômica à gestão circular dos recursos, por meio da adição, retenção ou recuperação de seus valores, e que se baseia nos princípios da não geração de resíduos, da circulação de produtos e materiais e da regeneração.

Instituído no artigo 5º da ENEC, o Fórum Nacional de Economia Circular se apresenta como instância de assessoria, monitoramento e avaliação. Após consulta pública, o Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC) foi aprovado, constituindo um instrumento de implementação da ENEC, com participação social garantida por meio do referido Fórum. O PLANEC é constituído com cinco eixos estratégicos: (1) ambiente normativo e institucional; (2) fomento a inovação para reduzir, reutilizar e redesenho circular da produção; (3) preservar o valor dos materiais, reduzindo a utilização de recursos; (4) instrumentos financeiros de auxílio à Economia Circular; (5) articulação interfederativa e o envolvimento de trabalhadores da cadeia produtiva. A Transição Justa, presente na agenda climática, é enfatizada neste contexto como o conjunto de princípios, processos e práticas orientados para equidade e justiça social, relacionados à força de trabalho e ao cenário de transição para a circularidade, contribuindo para a profissionalização em novos mercados de trabalho, criação de oportunidades, promoção do trabalho decente, inclusão social e erradicação da pobreza.

A transição para um ECONOMIA CIRCULAR passa necessariamente pela incorporação do SETOR PRODUTIVO. Assim, a



Nova Indústria Brasil (NIB) incentiva práticas sustentáveis e descarbonização das cadeias produtivas com base na Economia Circular. O Plano de Transformação Ecológica – Novo Brasil (PTE), coordenado pelo Ministério da Fazenda, propõe uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento brasileiro, integrando justiça social, produtividade e sustentabilidade ambiental. Centrado em três objetivos fundamentais, o PTE evidencia este princípio de crescer a economia, pela promoção de empregos qualificados e elevação da produtividade nacional; combate às desigualdades sociais e regionais; e proteção ambiental por meio da reestruturação dos sistemas produtivos, financeiros e regulatórios do país. Para alcançar esses objetivos, temos seis eixos estratégicos interdependentes⁷: finanças sustentáveis, adensamento tecnológico, bioeconomia e sistemas agroalimentares, transição energética, economia circular e infraestrutura verde com adaptação às mudanças climáticas.

O eixo estratégico da Economia Circular propõe a transição do modelo linear para um modelo regenerativo, com menor extração de recursos naturais, menor descarte de resíduos e redução da pegada ambiental. Destaque aos incentivos fiscais e regulatórios a municípios para ampliarem a coleta seletiva, aos estímulos para uso de biodigestores, ao fortalecimento das cooperativas de catadores, e ao fomento de negócios inovadores, com aumento da rentabilidade por meio de práticas sustentáveis.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022, norteia os diferentes participantes na implementação da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, sendo um dos principais desafios entre as competências municipais. A ordem de prioridade de ações está expressa no artigo 9º da Lei: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, admitindo a possibilidade de adoção de tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) não se confunde com a Lei, já que representa a estratégia de longo prazo em âmbito nacional, começando pelo diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no país: Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Resíduos da Construção Civil (RCC), Resíduos Industriais (RI), Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico (RSB), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), Resíduos de Serviços de Transporte (RST), Resíduos de Mineração (RM), Resíduos Agrossilvopastoris (RASP). A logística reversa trata da responsabilidade atribuída ao setor privado quanto ao retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. De acordo com o artigo 33 da PNRS, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, os fabricantes, importadores,

⁷MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano de Transformação Ecológica – Novo Brasil. Brasília: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica>. Acesso em: 29/08/2025.

distribuidores e comerciantes de: I. agrotóxicos; II. pilhas e baterias; III. pneus; IV. óleos lubrificantes; V. lâmpadas fluorescentes; VI. produtos eletroeletrônicos; e VII. embalagens em geral (como de aço, baterias e medicamentos).

O Plano Clima é um importante instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima ([Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#)), que busca identificar como cada setor contribui para redução dos gases de efeito estufa, conforme indicado na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDCs). Aprimoramentos importantes foram obtidos nos últimos meses nas Estratégias Nacionais de Mitigação e de Adaptação, assim como nos respectivos Planos Setoriais (7 de Mitigação e 15 de Adaptação). O enfoque plural previsto na Justiça Climática deve incluir o recorte das pequenas empresas como dimensão relevante para retratar as relações e desigualdades sociais e institucionais históricas que produzem as alterações climáticas.



3. CIRCULARIDADE NA VIDA DO BRASILEIRO



3. CIRCULARIDADE NA VIDA DO BRASILEIRO

Como a circularidade pode ser estimulada como estilo de vida dos brasileiros? A verdade é que a Economia Circular deve estar presente em casas, nas escolas, nas empresas, no governo, nas diferentes rotinas diárias. Se para muitos é vista como um esforço extra, para tantos outros pode se transformar em uma oportunidade de ocupação e renda, permitindo que o Brasil cresça de forma inclusiva e com menor impacto na natureza. Desde atividades mais simples como a coleta de resíduos não perigosos até o desenvolvimento de inovações tecnológicas, empresas podem agregar valor nas cadeias produtivas de diferentes setores, gerando uma externalidade positiva a ser fomentada por órgãos governamentais e por agências de desenvolvimento. Para saber como contribuir nesta cadeia, é importante que cada organização possa compreender o seu papel a partir de indicadores de circularidade.

Os benefícios da Economia Circular para as empresas estão além da conformidade com exigências regulatórias, sendo apontada principalmente como um fator para redução de custos operacionais. O aumento da competitividade pode estar relacionado ainda a melhoria da imagem corporativa, além do estímulo a inovações de produtos, processos e serviços, alcançando novos mercados e clientes. A transição para um

modelo circular exige não apenas a reorganização de processos internos e a reestruturação de parcerias comerciais, mas também uma mudança significativa na mentalidade empresarial, de forma a alinhar os princípios da sustentabilidade às especificidades operacionais e econômicas desses empreendimentos.

Em pesquisa realizada pelo Centro Sebrae de Sustentabilidade⁸, apenas 16,51% dos empreendimentos demonstraram conhecimento sobre a temática, com maior incidência nos setores da indústria, agropecuária e construção civil. Quando analisamos a incorporação de práticas associadas à economia circular em seus processos produtivos, 60,50% das micro e pequenas empresas entrevistadas declararam não ter incorporado iniciativas circulares de curto, médio e longo prazo. Todavia, 32,73% dos pequenos empresários já começaram a trabalhar o tema, principalmente com digitalização de produtos e serviços; programas de reciclagem e conscientização de funcionários; extensão da vida útil de produtos e serviços. Entre as práticas menos adotadas por micro e pequenas empresas estão programa de redução de resíduos sólidos e líquidos; combate à perda e ao desperdício de alimentos e compartilhamento de recursos como espaços físicos, equipamentos e serviços.

⁸<https://sustentabilidade.sebrae.com.br/pesquisas/engajamento-dos-pequenos-negocios-brasileiros-as-praticas-de-economia-circular>

Quando analisamos a família de normas da ISO 59000, principalmente a que trata de mensuração e avaliação do desempenho de circularidade (ISO 59020), verificamos outros indicadores a serem monitorados no âmbito das empresas. O critério de adição e retenção de valor aos recursos está relacionado a variáveis como: a quantidade de recursos materiais de entrada que são componentes e produtos reutilizados; material reciclado ou material renovável produzido de forma sustentável; tempo de uso estimado para determinado produto. A recuperação do valor dos recursos avalia aspectos como o percentual de energia consumida que é renovável e mesmo a quantidade de energia por produto. A quantidade de água utilizada para produção de determinado material, considerando principalmente o reuso de água no local, também é um indicador relevante para manter um fluxo circular de recursos. O fluxo de saída de recursos deve considerar ainda a reusabilidade ou reciclabilidade com base no design do produto. Indicadores econômicos miram a produtividade, como a receita gerada a quantidade de insumos obtidos.

No nível macro, o quadro analítico da Comissão Europeia⁹ aborda quatro dimensões para monitoramento da política pública da Economia Circular. A primeira dimensão aborda produção e consumo, como a quantidade de recursos naturais utilizados, de produtos consumidos e **quantidade de resíduos gerados por habitante**, indicando a capacidade de desacoplar crescimento eco-

nômico do consumo de materiais por meio da virtualização. Compras governamentais verdes apontam ainda para a valorização de produtos recicláveis ou reconicionados. A segunda dimensão enfatiza a gestão de resíduos, **como taxa de reciclagem por município**, abrangendo plásticos e eletrônicos. A quantidade de material secundário utilizado nos novos produtos demonstra aqui o esforço para evitar a extração de novos materiais. O comércio de materiais primas recicláveis reflete a importância de participação do mercado interno e global. A dimensão de competitividade e inovação analisa a quantidade de investimentos privados no setor, a criação de empregos e de empresas relacionados a temática, assim como o valor adicionado gerado nesta cadeia. A inovação verde pode ser avaliada por patentes, quantidade de financiamento concedido ao setor e até mesmo quantidade de empresas inovadoras com soluções em Economia Circular. A dimensão sustentabilidade global e resiliência analisa a emissão de gases de efeito estufa, o grau de transgressão dos limites planetários e de dependência internacional de recursos naturais.

O Brasil precisa investir na interoperabilidade dos dados coletados para ser capaz de elaborar políticas efetivas desde o âmbito local. O início desta discussão passa pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA e o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR. Se não é possível obter dados a nível das empresas, é possí-

⁹European Commission (2023). Revised Monitoring Framework for the Circular Economy. Brussels. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023DC0306>

vel caracterizar a dinâmica local a ponto de os poderes municipais e estaduais catalisarem a transição para a Economia Circular fomentando as cadeias produtivas e explicitando benefícios dos modelos de negócios circulares. Dados do Manifesto de Transporte por Resíduos - MTR, da Logística reversa e mesmo as informadas pelos entes subnacionais tornam viável mapear o fluxo de materiais, indicando oportunidades para tecnologias mais próximas, de menor custo e com maior reaproveitamento do material. A revisão prevista do PLANARES no próximo ciclo (2027-2031) já aponta a necessidade de ampliarmos a rastreabilidade dos indicadores e metas, principalmente sob ótica da mitigação climática e da economia circular inclusiva.

Pautado por informações a partir do território, este banco de dados da Economia Circular precisa ser capaz ainda de absorver transações privadas, abarcando os resíduos industriais, agrícolas, minerais entre outros, incluindo o poder de transformação em energia pela biomassa. Informações sobre o uso do solo podem ajudar principalmente a avaliar o princípio regenerativo. É preciso considerar ainda dados financeiros de créditos gerados de carbono, de logística reversa, de pagamento de serviço ambiental, energia gerada com o biogás

ou biomassa, principalmente em relação a sustentabilidade financeira das cooperativas de catadores de reciclagem, a fim de avaliar se as operações destes negócios circulares são lucrativas e dentro de condições humanas apropriadas.

A fase atual requer a estruturação de um quadro analítico desses indicadores a partir das principais instâncias de governo, seguido de discussão sobre a responsabilidade e modelo de governança destes dados, e a escolha tecnológica de *Big datas* que possibilitarão integração dos dados, com a capacidade no futuro breve de fazer uso da inteligência artificial para contribuir com alternativas efetivas para este problema. É preciso fortalecer ainda a capacidade de alimentação destes dados, sobretudo pelos governos locais. A expectativa é que diferentes instituições possam contribuir com esta estruturação de dados abertos, evitando sobreposições constantes.



4. FINANCIAMENTO DA ECONOMIA CIRCULAR



4

4. FINANCIAMENTO DA ECONOMIA CIRCULAR

A Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC), no seu artigo 4º, estabelece como um dos objetivos a proposição de instrumentos financeiros de apoio à economia circular. Já o Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC) prevê a estruturação de dispositivos fiscais, tributários, financeiros e creditícios, bem como estratégias de financiamento capazes de facilitar e impulsionar a transição para modelos produtivos circulares. A seguir, serão apresentados instrumentos existentes de fundos setoriais, adoção de tratamento tributário adequado para reduzir a poluição e a geração de resíduos, estímulo às compras públicas de bens e serviços circulares e mecanismos de financiamento. Antes, é importante compreender a relevância do trabalho em andamento de taxonomia.

4.1 TAXONOMIA DE ECONOMIA CIRCULAR

A Taxonomia Sustentável Brasileira¹⁰ desempenha um papel estratégico ao fornecer uma classificação clara e objetiva das atividades econômicas consideradas sustentáveis, estabelecendo critérios técnicos que permitem diferenciar projetos de real impacto ambiental e social daqueles sem efetiva contribuição para a transformação ecoló-

gica. Essa padronização confere segurança jurídica e regulatória, fortalece a credibilidade do país no cenário internacional e reduz riscos de práticas de *greenwashing*. Para o Ministério da Fazenda, a taxonomia se torna uma ferramenta essencial de implementação do Plano de Transformação Ecológica, pois orienta a concessão de benefícios fiscais, creditícios e financeiros.

Como desdobramento, a futura Taxonomia da Economia Circular aprofundará esse processo, delimitando com maior precisão quais atividades, modelos de negócio e setores podem ser reconhecidos como circulares. Neste sentido, ela pode se diferenciar em certa medida da Taxonomia Sustentável Brasileira. Ao estabelecer parâmetros específicos que tratem de reciclagem, remanufatura, reuso de água, logística reversa, design circular, ela permitirá ao Ministério da Fazenda direcionar com maior eficiência os incentivos fiscais e as linhas de crédito, priorizando setores estratégicos, com atenção especial às micro e pequenas empresas e às cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Logo, a elaboração de uma Taxonomia de Economia Circular é fundamental para mobilizar e reorientar o financiamento e os investimentos públicos e privados para atividades econômicas mais favoráveis a circularidade.

¹⁰<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira>



As Diretrizes Harmonizadas para o Financiamento da Economia Circular¹¹, divulgada em maio de 2025 pela IFC, servem como um guia para ajudar o Brasil na identificação e avaliação de projetos, atividades econômicas e modelos de negócios que contribuem para uma economia circular em todo o ciclo de vida dos materiais. Os mesmos para receber a designação de **+Facilitador de Circularidade** devem estar alinhados com pelo menos uma das três categorias: (i) Design e Produção Circulares (redução de insumos materiais e uso de insumos regenerativos, além de maior facilidade de reutilização/reciclagem); (ii) Uso Circular (com prolongamento do tempo de vida útil por meio de reparo, reforma e remanufatura); (iii) Recuperação de Valor (com coleta, classificação e recirculação de materiais). Além de contribuir para mercado local estratégico (eletrônicos e eletrodomésticos, produtos têxteis, automotivo e transporte, embalagens, construção civil e agronegócio), as atividades econômicas devem indicar meios de verificação da real contribuição para uma economia circular (entrada de material reciclado, resíduos gerados para a produção de um insumo ou soluções que evitam ou substituem o uso de materiais fora da própria cadeia de valor). Objetivos sociais e riscos de danos significativos ao meio ambiente servem ainda de critérios finais de elegibilidade para o financiamento da economia circular.

A partir deste benchmarking internacional, nota-se a relevância de CNAEs relacionados a Estratégia R anteriormente apresentada

(manutenção, reparação, recuperação). Esses setores possuem um efeito negativo na economia linear – o que pode ser traduzido por aumento de nota fiscal, acompanhado da diminuição da quantidade de materiais desperdiçados. Localizar estas empresas por município pode possibilitar que governos locais sejam capazes de gerar estímulos a estruturação dessas cadeias produtivas. É importante avaliar setores relacionados a economia compartilhada, como atividades de Produto como serviço (PSS) que permite o acesso do produto pelo cliente sem a necessidade de comprá-lo (locação, aluguel, leasing). A fim de promover o adensamento tecnológico, é preciso discutir ainda como esta taxonomia pode valorizar empresas de inovação, como negócios de impacto relacionados a circularidade. A democratização do acesso a mecanismos de financiamento deve estar ancorada, sobretudo, nos princípios de uma transição justa, assegurando a inclusão dos pequenos negócios.

Estudo preliminar realizado em parceria com o SEBRAE e o Ministério da Fazenda, no âmbito do Plano de Transformação Ecológica, buscou testar a aplicabilidade desses referenciais em nível municipal, com foco na Seção E (saneamento). A análise, apresentada na Oficina de Dados do PromEC, permitiu mapear a dimensão econômica e laboral do setor – com mais de 217 mil empresas e 406 mil empregados. Assim, o estudo demonstrou como a taxonomia pode se traduzir em ferramentas práticas para apoiar decisões de financiamento, estimular políticas públicas

¹¹<https://www.ifc.org/en/insights-reports/2025/harmonized-circular-economy-finance-guidelines>



locais e garantir que os recursos sejam direcionados a atividades efetivamente circulares e sustentáveis. Os dados revelam tanto a dimensão econômica e social do setor de saneamento quanto a urgência de mecanismos que fortaleçam sua transição para modelos produtivos circulares.

4.2 POLÍTICAS FISCAIS E TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O eixo de Economia Circular do Plano de Transformação Ecológica (PTE)¹², liderado pelo Ministério da Fazenda, no campo regulatório e fiscal, prevê incentivos como créditos presumidos para materiais recicláveis. Busca-se a integração da circularidade ao Fundo Clima, ao mercado de carbono e à reforma tributária, bem como incentivos fiscais de R\$ 300 milhões para a Lei de Incentivo à Reciclagem, destinado a estimular projetos que impulsionem a cadeia produtiva da reciclagem. No campo do saneamento básico, o plano promove a reutilização de águas residuais e introduz instrumentos financeiros inovadores para viabilizar investimentos. Entre eles, destacam-se as Debêntures Incentivadas e as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs), que asseguram fluxo contínuo de recursos para o setor, contribuindo para a prevenção da poluição em rios e oceanos.

O Decreto Federal nº 12.106/2024 regulamenta o incentivo fiscal à cadeia produtiva da reciclagem estabelecido na Lei Federal nº

14.260/2021, criando o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecycle) e os Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecycle). Na prática, a União facultará às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real a opção pela dedução de parte do imposto de renda em virtude do apoio direto a projetos previamente aprovados. Assim como em outros incentivos fiscais, pessoas físicas também podem contribuir com a indústria da reciclagem, conforme definido na Instrução Normativa nº 2.141, de 2023, cuja soma das deduções pode reduzir o imposto apurado em até 7%.

Três tipos de certificados foram instituídos pelo Decreto Nº 11.413/2023 como mecanismos financeiros para impulsionar a reciclagem e garantir que empresas cumpram suas obrigações legais no âmbito da logística reversa. Por meio do Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa (CCRLR), as empresas comprovam que suas metas de reciclagem foram atendidas por meio da aquisição de créditos gerados por cooperativas, operadores e recicladores devidamente certificados. O Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral (CERE) reconhece ações voltadas para o fortalecimento da coleta seletiva e desenvolvimento de infraestrutura para processamento de resíduos. Já o Certificado de Crédito de Massa Futura (CCMF) possibilita que empresas antecipem investimentos adquirindo créditos de reciclagem referentes a embalagens que ainda não foram colocadas no mercado, gerando uma segurança.



¹²<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/novo-brasil/conheca-o-plano-de-transformacao-ecologica/economia-circular>

financeira a longo prazo para os recicladores. Vale destacar que muitas das pequenas empresas, entre fabricantes, distribuidores e comerciantes, estão abrangidas dentro da responsabilidade compartilhada na logística reversa.

A reforma tributária que entrará em vigor em 2027 autoriza a concessão de crédito ao contribuinte adquirente de resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, de pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular. Há muito que se avançar na efetivação do texto aprovado na PEC 45, alcançando o quanto representa este crédito presumido. O sucesso desta política está relacionado a maior formalização dos setores, a redução de extrativismo, gasto energético e consumo de água, menores gastos públicos municipais em coleta, separação e destinação ambientalmente adequada, diminuição de problemas sanitários e doenças, preservação da biodiversidade e redução da pegada de carbono.

As alavancas da política fiscal podem ser usadas também por governos estaduais e municipais para habilitar mercados-piloto para produtos, serviços e práticas da economia circular. Medidas locais podem incluir benefícios fiscais para produtos ou empresas da economia circular, aumentos de impostos sobre fluxos de resíduos indesejáveis, reduções de impostos sobre o uso de materiais secundários e para empresas que compartilham, reparam e reciclam.

4.3 COMPRAS PÚBLICAS

As compras públicas são instrumentos relevantes também na promoção da economia circular. A Lei nº 14.133/2021 foi além de manter o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, assegurando na seleção da proposta mais vantajoso para a Administração Pública critérios referentes ao ciclo de vida do objeto, valorizando produtos e serviços mais modulares, duráveis e reparáveis. Governos, ao induzir a aquisição de produtos mais sustentáveis, podem fomentar novos negócios que se adaptam para atender a agenda da economia circular, criando toda uma cadeia de valor que passa a ser vantajosa para o setor privado. Outro aspecto relevante aqui é o papel de educação ambiental dos órgãos públicos, ao adquirir biodigestores para escolas, contratarem catadores para destinação correta de seus resíduos, tratar adequadamente lixo hospitalar e restos da construção civil. O incentivo à produção local, com a aquisição de fornecedores de pequenas e microempresas do município, tem um efeito sobretudo na mitigação dos gases de efeito estufa provenientes dos transportes. Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, os desafios para inclusão da Economia Circular nas compras públicas estão relacionados a predominância do critério de menor preço, o medo de sanções, a falta de orientações mais claras e objetivas sobre o uso de critérios de sustentabilidade, que acabam criando um ciclo que impede avanços significativos.

12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



4.4 MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

O Sistema Nacional de Fomento (SNF), composto por 35 instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs), tem papel estratégico na viabilização de investimentos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As linhas de crédito operadas pelo SNF e classificadas como alinhadas ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) podem ser vistas como proxy do avanço da circularidade no país, funcionando como instrumentos de alavancagem para setores que enfrentam barreiras de entrada em razão de custos elevados de inovação e de adoção de tecnologias sustentáveis. Mapeamento realizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) identificou um total de 40,9 bilhões de desembolsos realizados por 29 instituições financeiras de desenvolvimento ao ODS 12 entre 2020 e 2023. O pico de alocação de recursos voltados a projetos de consumo e produção responsáveis se deu em 2022, na ordem de R\$ 12,3 bilhões

Exemplos incluem o FUNDES/Economia Verde do Banes, os programas da Caixa Econômica Federal para saneamento e resíduos, e as linhas da FINEP destinadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&I) em reciclagem, reaproveitamento de materiais e tecnologias limpas. Além disso, cooperativas de crédito como o Sicredi ampliam o alcance do crédito verde no setor agropecuário, com iniciativas como o ABC Mais Manejo de Resíduos e o Renouagro Manejo de Resí-

duos Pecuários. O BNDES é outra instituição importante no apoio a projetos de economia circular, oferecendo linhas contínuas de financiamento para diferentes áreas por meio do BNDES Finem. Além disso, o banco pode participar da emissão de debêntures de infraestrutura verde, fortalecendo o mercado de capitais associado à circularidade. Com relação à participação dos diferentes grupos que compõem o SNF, 65% dos desembolsos ao ODS 12 no período foram de bancos federais, seguidas por bancos cooperativos, que representaram 32% no período.

A transição para a economia circular no Brasil vem sendo apoiada por um conjunto de mecanismos financeiros diversificados, envolvendo bancos públicos e privados, fundos climáticos, programas governamentais, mercado de capitais e iniciativas de impacto social. Nesse sentido, o Eco Invest Brasil¹³ surge como um instrumento inovador e complementar, ao mobilizar capital privado em larga escala com mecanismos de blended finance e proteção cambial, ampliando a atratividade de investimentos nacionais e internacionais. Dessa forma, cria-se uma ponte entre os instrumentos tradicionais de crédito e subvenção, mais direcionados a setores ou territórios específicos, e uma estratégia estruturante capaz de alavancar recursos de longo prazo, fortalecendo a transição para a economia circular e a sustentabilidade no país.

¹³<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/fomento-ao-investimento/eco-invest-brasil>



O programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) pode ser indicado como um bom exemplo de coalizão de empresas. O objetivo é impulsionar a competitividade do setor automotivo nacional com foco em economia circular, eficiência energética e redução de emissões, com um investimento total previsto de R\$ 19,3 bilhões entre 2024 e 2028. Por meio de editais, alianças industriais com participação de startups, pequenas e médias empresas recebem subsídios para projetos de instalação de unidades destinadas à economia circular na cadeia automotiva, valendo-se de inovação com serviços de Pesquisa e Desenvolvimento. Considerando que a cada ano milhares de veículos deixam de rodar e que menos de 2% são reciclados, há espaço no mercado brasileiro para as pequenas empresas atuarem na reciclagem automotiva, sobretudo na desmontagem destes veículos. De acordo com o Decreto nº 12.435/2025, a meta já para janeiro de 2027 é que 80% já seja material reciclável ou reutilizável para veículos da categoria de passageiros até 8 lugares.

Vale registrar ainda os fundos de inovação, com devido destaque aos programas nacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O Programa de Monitoramento e Enfrentamento de Desastres Climáticos - SOS Clima Brasil disponibiliza recursos para tecnologias para reduzir o tempo de resposta a desastres, disponibilização de plataformas integradas de dados de suporte à decisão, formação de ecossistema nacional de pesquisa e inovação. O Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica - Pró-Amazônia apoia à infraestrutura de pesquisa científica na região, projetos de

inovação de empresas nas áreas de bioeconomia e transição energética, incluindo temas como biotecnologia, cidades sustentáveis, descarbonização de processos produtivos, transformação digital e restauração florestal. O Programa de Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis - Mais Inovação Brasil traz uma cobertura de todo território nacional em apoio a cadeias agroindustriais sustentáveis, infraestrutura para saneamento, moradia e mobilidade para o bem-estar nas cidades, transformação digital da indústria, bioeconomia e descarbonização da cadeia produtiva, apoio sistêmico à inovação empresarial com instituições parceiras como Embrapii.

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, teses, métodos e procedimentos estão em discussão para incluir esta agenda como parte importante da mitigação climáticas, assim como elemento presente no planejamento das cidades quanto a adaptação aos efeitos climáticos. Espera-se que a COP30 seja um marco de fortalecimento da temática dentro das negociações oficiais e governança multinível, possibilitando que novos recursos sejam destinados para avançarmos na transição para a Economia Circular. Na perspectiva doméstica, é importante que o Ministério da Fazenda, uma vez designado como autoridade responsável para gestão de transferências internacionais, possa apresentar uma estratégia consistente de atração de investimentos sustentáveis incorporando a Economia Circular.



MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA CIRCULAR NO BRASIL

BNDES Finem – Saneamento: voltado a abastecimento de água, esgoto, resíduos sólidos e recuperação ambiental, com prazos de até 34 anos e participação do banco em até 95% do projeto.

BNDES Finem – Meio Ambiente (Gestão, Redução de Recursos, Recuperação e Conservação): abrange desde mitigação de riscos socioambientais até biogás, hidrogênio de baixo carbono, fertilizantes orgânicos, recuperação de passivos ambientais e conservação da biodiversidade.

BNDES Finem – Eficiência Energética: foca na redução do consumo de energia em edificações e processos produtivos.

FUNDOS E PROGRAMAS PÚBLICOS

Finep Sustentabilidade: opera com recursos do FNDCT, apoiando inovação em redução de uso de recursos naturais, reuso de água e aproveitamento de resíduos sob o conceito de circularidade.

Fundo Clima: organiza linhas temáticas em áreas como desenvolvimento urbano resiliente, transição energética, indústria verde, logística sustentável e florestas.

Fundeci (Banco do Nordeste) e Fundo Socioambiental Caixa: apoiam projetos de inovação, resíduos sólidos, saneamento e inclusão de catadores.

Novo Cataforte: iniciativa conjunta entre Fundação BB, BNDES, Caixa e Governo Federal para fortalecimento de cooperativas de catadores



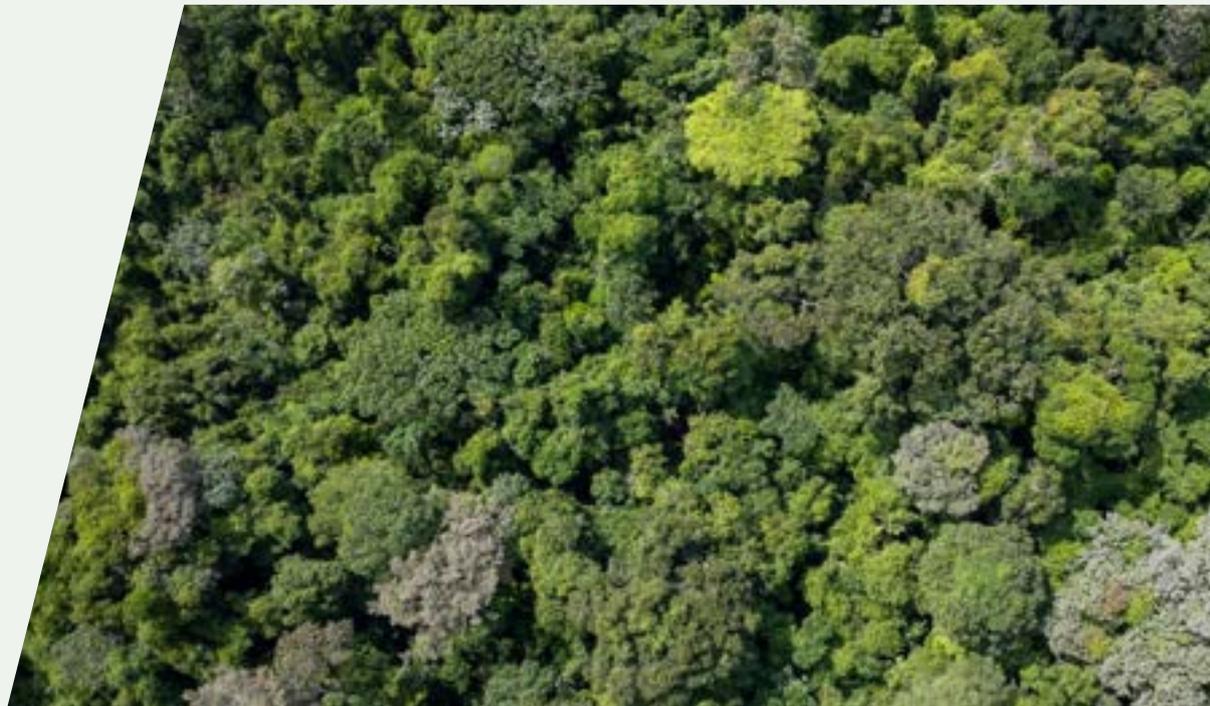
EDITAIS E CHAMADAS PÚBLICAS

Tudo na Circularidade (BNDES): voltadas a projetos de transformação de resíduos em produtos de valor agregado, geração de renda e inclusão socioeconômica.

FSA CAIXA (Chamada 002/2025): promove a melhoria da gestão dos resíduos ampliando o ciclo de vida dos produtos, minimizando o desperdício, gerando oportunidades econômicas para comunidades e empreendedores, alavancando o potencial de cadeias produtivas sustentáveis e promovendo inclusão socioeconômica.

MERCADO DE CAPITAIS E ESG

CVM Pró Recycle: marco regulatório que estrutura instrumentos financeiros para fomentar a reciclagem, inclusive com fundos e títulos verdes.



Fonte: Ministério da Fazenda

5. SEBRAE NA COP DA IMPLEMENTAÇÃO



5

5. SEBRAE NA COP DA IMPLEMENTAÇÃO

Este documento reúne a posição do Sebrae sobre a Economia Circular, com o objetivo de ampliar os compromissos e sinergias entre as instituições parceiras sobre o tema, além de listar iniciativas do Sebrae que serão apresentadas na COP30. Trata-se de um pequeno descritivo sobre projetos no nível micro (das empresas), meso (do encadeamento produtivo) e macro (apoio as políticas públicas dos três entes da federação brasileira). Sem a pretensão de exaurir todas as ações implementadas pelos estados, busca-se ilustrar o alcance conceitual da Economia Circular em termos práticos, como caminhos a serem escalados com a ajuda de parceiros.

A relevância da Economia Circular na dimensão da inovação nas pequenas empresas pode ser ilustrada pelos dados do Observatório **Sebrae Startups** 2023¹⁴, que divulgou pela primeira vez o relatório referente às startups de impacto. Os dados mostram que 79% das startups de impacto no Brasil são voltadas para resolver problemas da área ambiental, sendo que cerca de 18,7% delas trabalham com a reciclagem e gestão de resíduos; 18,3% buscam reduzir as emissões de gases de efeito estufa e 17,5% tratam do uso sustentável dos recursos naturais. A logística reversa também aparece entre as prioridades, sendo o objetivo de 12,7% das startups de impacto, seguida por produção agrícola sustentável, com 11,4%.

No **Inova Amazônia**, cases interessantes de empresas foram apoiadas com bolsas socioempreendedoras para o desenvolvimento de seus produtos. É o caso, por exemplo, da empresa Engenho Café de Açaí, sediada no Amapá, que atua no segmento de alimentos e bebidas e foi selecionada para o programa por seu modelo de negócio inovador e sustentável. A Engenho reutiliza o caroço do açaí – resíduo agroindustrial que normalmente é descartado de forma inadequada – como matéria-prima para a produção de uma bebida aromática funcional, o café de açaí. Essa solução não apenas reduz impactos ambientais, mas também gera renda para cooperativas locais, promovendo a bioeconomia amazônica. A empresa já conta com certificações como FDA e Vegano, investe em pesquisa e desenvolvimento de novos derivados do açaí e exportou meia tonelada do produto para a Alemanha apenas três meses após uma missão de internacionalização promovida pelo programa.

Esse exemplo evidencia como a Economia Circular pode ser aplicada de forma prática e inovadora por pequenos negócios, e que está diretamente relacionada a outra prioridade do Sebrae: Bioeconomia. Com uso intensivo de inovação, o apoio do Sebrae vai desde novas patentes até questões de design e marca para exportação. A bioeconomia é compreendida aqui como um modelo econômico fundamentado no uso

¹⁴<https://observatorio.sebraestartups.com.br/estudos/startups-report-brasil-2022-2023>

sustentável de recursos biológicos renováveis para a produção de bens, serviços e energia. No cenário de escassez de recursos naturais, esse modelo tem se firmado como uma agenda global de grande relevância, em que se busca promover soluções tecnológicas alternativas, capazes de gerar desenvolvimento econômico e social (com destaque as comunidades locais e povos tradicionais) em harmonia com a natureza, além de promover a redução ou mitigação dos impactos das mudanças climáticas. O Brasil, dono da maior biodiversidade de flora e fauna do planeta, é um dos países que mais tem a ganhar com o desenvolvimento deste modelo. O Sebrae acredita neste grande potencial empreendedor de bioativos que podem ser aplicados em alimentos, bebidas, cosméticos, fármacos, fitoterápicos, com destaque para **o Polo de Bioeconomia no Baixo Amazonas**. Fomentando um ambiente regulatório favorável e a convergência de esforços de diferentes parceiros, o SEBRAE facilita o desenvolvimento dos pequenos negócios promovendo acesso a incentivos, investimentos, capacitações (a exemplo de processos circulares), mentorias e conexão com o mercado.

Ainda no setor agrícola, outros projetos merecem destaque. Dentro do princípio de regenerar a natureza, o Sebrae apoiou produtores **de café da região do Cerrado Mineiro** a obter o primeiro selo de agricultura regenerativa, assim como a primeira denominação de origens deste importante item da exportação brasileira. O Zoneamento Ambiental Produtivo na Regional

Noroeste e a Alto Paranaíba, por meio do projeto **Restaurar**, conseguiu reunir poder público e produtores rurais para preservação e o uso da água, com recuperação de áreas degradadas e nascentes, melhorando a utilização dos recursos naturais para potencializar economicamente a região.

Na COP30, o Sebrae apresentará a proposta de expansão da parceria junto a UNIDO de aplicações do **Biogás** na Agroindústria brasileira. Um dos principais objetivos é promover o desenvolvimento do mercado de biogás e biometano, fomentando instrumentos financeiro, regulatórios e modelos de negócios sustentáveis na perspectiva dos pequenos negócios. O projeto GEF Biogás Brasil é liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), implementado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e conta com o CIBiogás como principal instituição executora. Além dessas instituições, compõem o Comitê Diretor do Projeto: Itaipu Binacional, Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Ministério das Cidades (MCid). O Sebrae é parceiro estratégico do projeto.

Outra parceria relevante com UNIDO e SENAI a ser lançada na COP30 é o "Acelerando Tecnologias-chave de Emissão Zero, alavancando Investimentos em Descarbo-



nização Industrial" (ACTION). Este projeto visa a recuperação e reaproveitamento de resíduos agrícolas como parte da cadeia de valor descentralizada de fertilizantes como carbono negativo. Além de treinamento e consultoria, com disponibilização de plataformas de geointeligência, o projeto busca estabelecer um mecanismo financeiro para viabilizar investimentos para pequenas empresas, tendo sido selecionado pelo fundo multidoador **Mitigation Aciton Facility - MAF** como um instrumento importante para as Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Com o olhar para a Nova Indústria Brasileira (NIB), o Sebrae é um dos principais parceiros do programa **Brasil Mais Produtivo** (voltado principalmente a missão 4 de transformação digital para ampliar a produtividade) e do programa **Selo Verde** (voltado a missão 5 de bioeconomia, descarbonização e transição energética) com promoção de práticas circulares pelas empresas atendidas. Por meio da metodologia **Foresight** para delinear Megatendências no ramo de Madeira e Móvel, práticas circulares buscam diminuir resíduos, estender a vida útil dos produtos e regenerar recursos. Com uso de automação e digitalização para aumentar a precisão e a eficiência na produção, busca-se otimizar insumos, energia e água, ampliando acesso a mercados globais com certificações internacionais (ISO 9001 e ISO 14001). Ainda no segmento de

casa e construção civil, o Sebrae estimula a adoção de tecnologia **BIM** de apoio ao planejamento digital para reduzir desperdícios (Lean Construction), além de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos com reaproveitamento de materiais e de eficiência energética. Diferentes linhas de atuação no Programa Impulsionar Negócios do Sebrae prevê uma jornada estruturada que passa por etapas de produção mais limpa, melhoria de design, até uma perspectiva territorial com engajamento de lideranças públicas e privadas.

O Sebrae tem fortalecido a Economia Circular também no setor de **moda**, por meio de projetos abrangentes que contemplam toda a cadeia produtiva. Na indústria, a instituição desenvolve iniciativas voltadas para a otimização de processos produtivos e redução de desperdícios, enquanto no varejo apoia a implementação de práticas comerciais sustentáveis. Os projetos também trabalham o atendimento setorial especializado para brechós e moda autoral, sempre com viés no uso consciente de recursos naturais, reaproveitamento de resíduos e valorização dos saberes tradicionais regionais. Essa abordagem integrada não apenas impulsiona a inovação e competitividade dos pequenos negócios em todos os elos da cadeia, mas também promove um ecossistema de moda mais responsável e alinhado às demandas contemporâneas por sustentabilidade.



No âmbito do encadeamento produtivo, existe uma grande oportunidade de alinhar grandes empresas, pequenos negócios e cooperativas em torno de práticas que reduzem desperdícios, ampliam eficiência e reintegram materiais ao ciclo produtivo. O programa **Conexões Corporativas** do Sebrae já desenvolveu inúmeros projetos com este objetivo, ampliando o potencial de impacto ao gerar valor compartilhado em toda a cadeia. A montante, temos fornecedores diretos e indiretos que abastecem às grandes empresas com insumos e serviços. Neste caso, a parceria com **Lojas Renner** é um ótimo exemplo, com envolvimento de facções na redução de desperdício de tecidos e materiais, diminuição do consumo de energia e água (especialmente em lavanderias de jeans) e reforço de requisitos de conformidade legal e documental, melhorando a gestão de riscos. Já na atuação na cadeia a jusante, que envolve a relação da grande empresa com seus distribuidores, clientes intermediários e consumidores estratégicos, destaque para o apoio junto a Gerdau a serralheiros de pequeno porte na redução de desperdícios e melhoria de processos, além de contar com cooperativas de catadores de sucata, ampliando a oferta de matéria-prima reciclada.

O **Projeto Pró-catadores** do Sebrae tem como objetivo a inclusão socioprodutiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis, com estratégia de atuação organizada em quatro eixos com suas respectivas ações. O eixo de catadores autônomos prevê apoio a iniciativas de formalização dos catadores

autônomos como MEI; preparação e capacitação para gestão; sensibilização quanto ao associativismo e cooperativismo. A fim de ampliar o acesso a direitos e políticas públicas, busca-se articular com os órgãos responsáveis a redução das obrigações tributárias e previdenciárias do MEI para este fim, além de apoiar a regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Com as cooperativas de catadores, o foco está na melhoria na gestão, com ampliação da produtividade e da competitividade, aumentando faturamento. Apoio ainda nos contratos com os serviços públicos municipais de limpeza urbana e grandes geradores de resíduos privados. As cooperativas contam ainda com ajuda na elaboração de projetos, gestão de recursos e prestação de contas em editais públicos. Junto às prefeituras, em conjunto com o **Programa Cidade Empreendedora**, está previsto suporte na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos (a exemplo da coleta seletiva), na logística reversa, desativação de lixões, implementação de usinas de compostagem e reciclagem, além de consultoria para contratação de organizações de catadores e para adoção do PSA. Por último, estudos com mapeamento da cadeia de valor da reciclagem visam promover concertação de interesses entre os elos integrantes (catadores, revendedores intermediários, indústrias de reciclagem, poder público).

Experiências como a pegada de carbono das organizações de catadores podem mostrar caminhos para valorizar a contri-



buição direta dos catadores na redução das emissões de gases de efeito estufa, associando métricas climáticas à valorização do trabalho humano. A **Tonelada Justa** é uma proposta metodológica desenvolvida pela Fundação Avina para garantir que catadoras e catadores de materiais recicláveis recebam uma remuneração justa e equitativa pelo trabalho que realizam. No contexto do mercado de carbono, esse conceito busca evidenciar que a atividade dos catadores gera benefícios climáticos concretos – como a redução de emissões de gases de efeito estufa pela reciclagem, que evita a extração de matérias-primas e reduz a geração de metano em aterros. O Sebrae apoia a iniciativa, fortalecendo a articulação com empresas e governos para que estes possam investir recursos financeiros suficientes para assegurar que os catadores recebam uma remuneração justa pelo trabalho realizado, não apenas pela tonelada reciclada, mas garantindo devida diligência, dignidade e inclusão social.

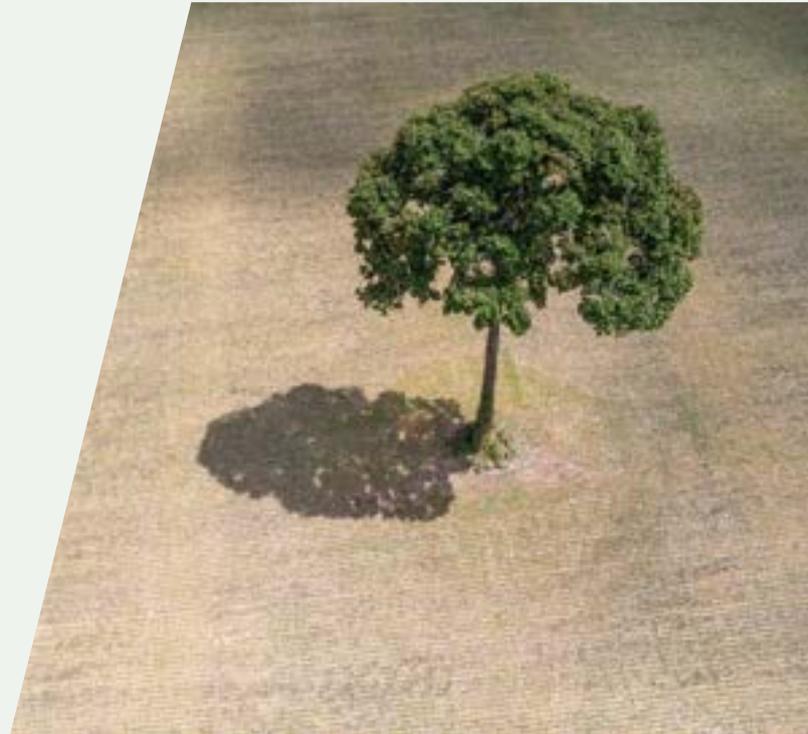
O **Roadmap Território Carbono Neutro** foi desenvolvido pelo Sebrae atendendo solicitação do Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo é promover territórios com uma economia de baixo carbono, integrando pequenos negócios a partir do Plano Estadual MS Carbono Neutro – PROCLIMA. Adaptada ao cenário nacional e presente em outros 7 estados, a metodologia oferece um instrumento para classificar o estágio de maturidade em relação à política de mudanças climáticas, que gera uma matriz de necessidades (lista de providências) a serem

priorizadas e pactuadas na agenda climática municipal, fomentando a localização de fontes de financiamento para as políticas locais. As capacidades e as necessidades locais em relação a Economia Circular podem ser analisadas em termos da Gestão Territorial (planos municipais de saneamento e de gestão integrada de resíduos sólidos); Capacidade Administrativa (recursos humanos qualificados para a estruturação de projetos interdisciplinares/ intersetoriais e carta de serviços voltada a transformação digital); Capacidade Financeira (medidas fiscais e tributárias destinadas a redução das emissões e remoção do GEE e pagamentos por serviços ambientais); Governança (Conselho de Meio Ambiente, Conselho da Cidade, órgão colegiado de controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos, parcerias em mudanças climáticas com instituições científicas e demais organizações).

A Promoção de uma Economia Circular para a Transformação Econômica Socioecológica (**PromEC**) é uma iniciativa implementada pelo Ministério da Fazenda e pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, financiada pelo Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. Para acelerar a implementação de uma Economia Circular inclusiva no Brasil, fortalecendo marcos regulatórios e os instrumentos da política econômica, o PromEC



oferece assessoria técnica e capacitação em parceria com os Ministérios da Fazenda (MF), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, (MDIC) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), além da CEPAL, SEBRAE e demais instituições dos setores público, privado e da sociedade civil. A atuação se concentra em quatro frentes complementares e integradas: (i) Políticas Públicas e Regulação (com criação de um instrumento de monitoramento de circularidade inclusiva); (ii) Promoção de Modelos de Negócio Circulares (com foco especial em pequenas empresas); Financiamento para Economia Circular (ampliação de linhas de crédito ou outros instrumentos); (iv) Governança e Transição Justa (garantido participação de grupos subrepresentados).



ATUAÇÃO DO SEBRAE NA ECONOMIA CIRCULAR

	∞ Eliminar	♻️ Circular	🔄 Regenerar
 Macro	Pró-Catadores	PromEc RTCN Sebrae Startups	Selo Verde
 Meso		Encadeamento Produtivo Fertilizante	Inova Amazônia
 Micro	Foresight	B+P BIM BIOGÁS	Restaurar Agricultura Regenerativa

6. O FUTURO QUE QUEREMOS



6

6. O FUTURO QUE QUEREMOS

A Economia Circular está indicada como uma prioridade no direcionamento estratégico do Sistema Sebrae, desenvolvida por meio da metodologia de vanguarda foresight, com documento intitulado **Planejamento Estratégico Sebrae 2035**¹⁵. Mapa de Tendências utilizado no planejamento destaca a adoção de modelos de negócios com foco em dimensões como redução, reutilização, reciclagem e regeneração, com a percepção da emergência climática e da finitude dos recursos naturais. A cada dia, avanços tecnológicos transformam espaços digitais em interações mais acessíveis, ao mesmo tempo que soluções locais ajudam os consumidores a abraçarem o seu território, tornando espaços físicos e digitais mais sustentáveis e equitativos. Dentro da lógica de mais produtividade e competitividade, a estratégia setorial concentra em aproximar empreendedores demandantes das soluções ofertadas por pequenos negócios, enquanto outras unidades desenvolvem ângulos como Desenvolvimento Regional e Territorial Impulsionando Prosperidade e Infraestrutura Sustentável que torne possível o Crescimento.

A adoção da circularidade na cadeia de valor promove o surgimento de novas oportunidades de negócios, ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda,

melhorando a qualidade de vida tanto do ponto de vista social quanto ambiental. De acordo com a Nota Técnica Economias & Setores Portadores de Futuro (Sebrae, 2024), a Economia Circular é um dos setores priorizados como Economias Portadoras de Futuro (EPF). Este conceito está relacionado com a criação de sistemas econômicos resilientes e adaptáveis que possam prosperar diante de desafios e incertezas emergentes, que adotam proativamente diversificação da base econômica, práticas sustentáveis com "transição verde", inovação com pesquisa, desenvolvimento e design, qualificação da força de trabalho, inclusão social, colaboração e parceria com diversos agentes da sociedade, além de práticas ágeis de gestão.

Uma mesma empresa pode ter sua atuação classificada em mais de uma definição de segmento de EPF, que em certa medida se sobrepõem, a exemplo de bioeconomia, agronegócio sustentável, economia sem restrição (negócios de impacto e grupos vulneráveis). Apesar de ser inviável vincular cada segmento à proposta de definição, classes e/ou subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sempre que possível correlações devem ser feitas para direcionar as ações, sem o intuito de demarcar e limitar as possibilidades.

¹⁵sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/UFs/BA/Anexos/Anexos_PDF/Planejamento_Estrategico_SEBRAE_FINAL-3.pdf

Motivado pelo PromEC, o Sebrae seguirá empenhado com o governo federal e demais parceiros para a elaboração de um quadro analítico de indicadores capaz de localizar estas empresas nos diferentes territórios. Importante ainda destacar a iniciativa de taxonomia de finanças sustentáveis no Brasil, instrumento importante para mobilizar e redirecionar os fluxos de capitais para o enfrentamento à crise climática, estando previsto o desdobramento deste em termos de Taxonomia da Economia Circular. Como previsto no Planejamento Estratégico 2035, dentro da visão de futuro de governança e estado empreendedores, o Sebrae pode ainda contribuir identificando oportunidades reais da economia circular, mobilizar prefeituras para pilotos em diferentes regiões, iniciar um movimento de orquestração territorial, incluindo lideranças como empresários, universidades locais e organizações sociais.

Antecipando os objetivos chaves indicados pela presidência da COP30, o tema da Economia Circular é citado no primeiro documento de posição do Sebrae de forma transversal, estando presentes em (i) inovação e bioeconomia, (ii) agricultura e segurança alimentar; (iii) transição energética, processos industriais e encadeamento produtivo; (iv) resiliência climática territorial e (v) transição justa. O presente documento busca aprofundar esta discussão e direcionar as ações do Sebrae em Economia Circular, introduzindo um enquadramento inicial referente ao (vi) financiamento verde.

Vale aqui ressaltar os três eixos da participação do Sebrae na COP30: (I) LETRAMENTO com capacitação dos pequenos negócios diante das oportunidades da economia verde; (II) INOVAÇÃO com promoção de Startups para os desafios climáticos, (III) ADVOCACY junto aos formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governança federativa na expectativa de catalisar a transição para a Economia Circular. Neste último eixo, merece devido reconhecimento aos avanços obtidos em termos de marcos legais aqui citados como parte do guarda-chuva da Estratégia Nacional de Economia Circular – ENEC, mantendo o Sebrae o compromisso de servir e apoiar as agendas nacionais de desenvolvimento.

Em síntese, no marco da COP30, esta publicação tem como objetivo indicar caminhos para implementação da Economia Circular junto aos Pequenos Negócios. Ao reunir e clarificar as diferentes frentes de atuação dentro do Sistema Sebrae relacionados a Economia Circular, busca-se engajar o compromisso de todos os colaboradores a seguir neste horizonte de fortalecimento da temática de forma transversal em projetos implementados na próxima década. Ao mesmo tempo, convocamos os demais parceiros a assumirem, junto ao Sebrae, compromissos ainda mais ambiciosos de ações em prol da transição para Economia Circular.



CENTRO SEBRAE DE SUSTENTABILIDADE COMO FORÇA MOTORA PARA A CIRCULARIDADE

O Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS) nasceu da necessidade de aproximar a temática da sustentabilidade dos pequenos negócios brasileiros, demonstrando que, a partir dela, é possível gerar renda, ampliar a competitividade e conquistar novos mercados. Entre suas frentes de atuação, a Economia Circular ocupa posição central. Isso se deve à urgência de apoiar a inserção de práticas mais sustentáveis e inovadoras no ambiente empresarial, promovendo modelos resilientes, capazes de reduzir desperdícios e fortalecer a relação das empresas com consumidores cada vez mais atentos às questões socioambientais.

Pesquisas recentes apontam para um crescimento expressivo das inovações circulares, com soluções tecnológicas robustas voltadas à reciclabilidade e à durabilidade de produtos, além de modelos de negócio disruptivos baseados em compartilhamento, reuso e reparo (GELLERT et al., 2025). Apesar desse avanço, os pequenos negócios ainda enfrentam barreiras significativas de adaptação e necessitam de apoio técnico, metodológico e estratégico para evoluírem de forma consistente rumo à circularidade.

O CSS atua em rede para disseminar práticas circulares entre os pequenos negócios brasileiros. Esse esforço se dá tanto pelo trabalho conjunto com o Comitê de Especialistas, que propõe ações aplicadas às realidades empresariais, quanto por meio de parcerias estratégicas com organizações como o Institu-

to Lixo Zero, o Movimento Circular e a Ideia Circular. Essa articulação se materializa em oficinas, projetos e programas voltados à prática da circularidade.

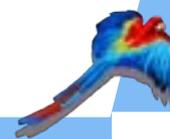
A circularidade também se expressa no nível territorial. Cidades e territórios resilientes, ao integrarem soluções circulares, reduzem a pressão sobre os recursos naturais e ampliam a qualidade de vida da população. O CSS atua como catalisador para que municípios incorporem práticas como gestão eficiente de resíduos sólidos, logística reversa, regeneração urbana, aproveitamento de resíduos orgânicos e estímulo à bioeconomia circular local. Com isso, os pequenos negócios passam a ser protagonistas de ecossistemas que unem inovação, competitividade e sustentabilidade, fortalecendo a resiliência climática dos territórios.

No plano internacional, a Economia Circular se conecta cada vez mais às cadeias produtivas globais, exigindo que as empresas brasileiras estejam preparadas para atender padrões de sustentabilidade e rastreabilidade. O CSS contribui nesse movimento ao apoiar pequenos negócios na adaptação a normas internacionais, facilitando sua inserção em mercados mais exigentes. Ao articular a circularidade com comércio exterior, o Centro fortalece a capacidade competitiva das empresas nacionais e posiciona o Brasil como fornecedor de soluções e produtos alinhados à transição verde global.

A construção de uma economia mais circular só é possível com esforços conjuntos, integrados e colaborativos. Com os pequenos negócios, o CSS busca estimular uma visão disruptiva e inovadora, capaz de agregar valor, aumentar a eficiência e consolidar a sustentabilidade como vetor estratégico de competitividade e longevidade empresarial.

7. APOIAM ESTE DOCUMENTO





7. APOIAM ESTE DOCUMENTO

A Economia Circular é um vetor crucial para promover um futuro sustentável, e nós, da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), desempenhamos um papel fundamental nessa transformação. Nossas ações tocam direta ou indiretamente na temática da Economia Circular. Um exemplo é o projeto em que alhamos os fluxos de contratações e desembolsos das Instituições Nacionais de Fomento (IFDs) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que nos permite mapear os recursos direcionados anualmente ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Desta forma, sabemos quais IFDs apoiam projetos que promovem a circularidade de materiais, a reutilização e a reciclagem. Por meio de mapeamentos e capacitações, buscamos incentivar as IFDs a investirem em iniciativas que reduzem a emissão de gases de efeito estufa e melhoram o bem-estar social a médio e longo prazo. Vale ressaltar que a ABDE, por meio do Sistema Nacional de Fomento, desenvolve e catalisa iniciativas entre seus associados, impulsionando o crédito para pequenos e médios negócios. Esses negócios são importantes atores da Economia Circular, o que permite suportar um desenvolvimento econômico mais resiliente e equitativo para o Brasil.

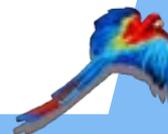
André Godoy

Diretor Executivo da ABDE

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) tem a honra de integrar o Fórum Nacional de Economia Circular como única representação municipalista, contribuindo para a elaboração do conteúdo e para a aprovação do Plano Nacional de Economia Circular (2025-2034). Ao participar da construção deste Plano, a ABM tem como missão trazer a voz dos pequenos e médios municípios, que compõem a maior parte do território. Defendemos que a economia circular só será implementada de fato no Brasil se incluir todos os municípios, não apenas as capitais ou os grandes centros metropolitanos. A experiência da instituição na área climática nos permite inferir que a economia circular é um caminho concreto para unir sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento local. Nos pequenos e médios municípios, circularidade significa, sobretudo, transformar desafios em oportunidades: a gestão de resíduos sólidos pode reduzir emissões de metano e ao mesmo tempo gerar emprego, renda e inovação; novas cadeias verdes podem fortalecer micro e pequenas empresas, ampliando a economia local; e soluções circulares bem adaptadas podem promover uma transição justa.

Washington Quaqué

Prefeito de Maricá-RJ;
Presidente da ABM - Associação Brasileira de Municípios e Presidente da Associação de Cidades e Municípios dos BRICS+



Reconhecemos a urgência e a relevância da transição para uma economia circular como parte fundamental da agenda climática e do desenvolvimento sustentável no Brasil. O setor de serviços, especialmente bares e restaurantes, desempenha um papel estratégico nessa transformação, não apenas por sua enorme capilaridade, mas também por sua capacidade de influenciar hábitos de consumo de milhões de brasileiros e práticas produtivas de toda a cadeia da alimentação fora do lar. Acreditamos que bares e restaurantes podem ser protagonistas na construção de cidades mais resilientes e inclusivas, contribuindo positivamente para um país – e um planeta – melhores para se viver. Nesse caminho, destacamos a importância da parceria entre a Abrasel e o Sebrae, que tem sido essencial para fortalecer os pequenos negócios do setor e ampliar a adoção de práticas sustentáveis. Essa atuação conjunta fortalece a transição para o modelo circular, gerando impactos positivos para o meio ambiente, para a economia e para a sociedade como um todo.

Paulo Solmucci Júnior

Presidente executivo na Abrasel

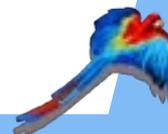


Nós, catadores e catadoras de materiais recicláveis, somos protagonistas da economia circular no Brasil, garantindo a reciclagem de milhões de toneladas de resíduos, a redução de emissões e a inclusão socioprodutiva em nossas comunidades. O fortalecimento das cooperativas e a valorização do nosso trabalho são essenciais para uma transição justa que una sustentabilidade, inovação e geração de renda. A parceria com o Sebrae e demais instituições demonstra que é possível transformar desafios ambientais em oportunidades de desenvolvimento, promovendo um futuro mais justo, sustentável e competitivo para todo o país.

Roberto Rocha

Presidente da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT)





“
A Atricon atua com orientação a resultados, integridade e transparência. O Sebrae é nosso parceiro na agenda de compras governamentais verdes – este é o foco da nossa cooperação. Juntos, buscamos fortalecer a capacidade de estados e municípios para qualificar editais e contratos com critérios de sustentabilidade, difundir referências simples e aplicáveis, apoiar o diálogo entre gestores e órgãos de controle e incentivar a melhoria contínua das contratações. Essa colaboração também procura ampliar oportunidades para micro e pequenas empresas com soluções sustentáveis, estimulando inovação nos territórios e favorecendo entregas públicas de maior qualidade. A Atricon seguirá contribuindo com sua rede técnica para compartilhar boas práticas e promover segurança jurídica, transparência e eficiência nas compras públicas. Nosso objetivo é ajudar quem compra a comprar melhor – com seriedade, responsabilidade e foco no interesse público.

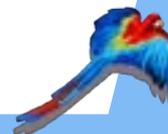


Conselheiro **Edilson de Sousa Silva**
Presidente da Associação dos
Membros dos Tribunais de Contas
do Brasil (Atricon)

“
A Tonelada Justa é uma inovação metodológica que reconhece o trabalho das catadoras e catadores que há décadas garantem a reciclagem de materiais. Ao evidenciar, com base científica, que cada tonelada reciclada evita emissões e contribui para a circularidade dos recursos, buscamos valorizar não apenas o impacto climático dessa atividade, mas também a dignidade de quem a realiza. Trata-se de uma metodologia construída de forma colaborativa, unindo o saber científico e o saber local dos catadores, com coordenação da Fundação Avina e liderança operacional sustentada pelas próprias organizações de catadores, em articulação com universidades, sociedade civil e agências de cooperação internacional. Essa governança multisetorial assegura transparência, comunicação pública contínua e alinhamento com marcos globais como as NDCs, o Global Stocktake e os ODS. Para a Fundação Avina, a Tonelada Justa é uma ferramenta concreta para unir justiça social e efetividade climática, ampliando as condições de uma transição justa que também enfrente desigualdades estruturais e fortaleça a dignidade, a equidade e a resiliência das comunidades de base.



Paula Pariz
Economia Circular Inclusiva,
Fundação Avina



“
A agenda de economia circular da Confederação Nacional da Indústria (CNI) busca fortalecer a atuação da indústria brasileira por meio da defesa de interesses junto a políticas públicas e da disseminação de conhecimento sobre o tema. Em parceria com o Fundo de Inovação Finlandês Sitra, FIESP, SENAI-SP e SENAI Nacional, a CNI correalizou a nona edição do Fórum Mundial de Economia Circular (WCEF), maior evento global sobre o tema, realizado pela primeira vez na América Latina. O encontro reuniu 8.852 participantes de 160 países, com destaque para o Brasil, país com o maior número de inscritos, reforçando o protagonismo nacional e a centralidade das pequenas empresas na transição para modelos produtivos circulares. A Sondagem Especial CNI (2025) indica que 47% das pequenas indústrias já adotam práticas circulares, sendo manutenção e reparo (25%) e reciclagem (24%) as mais comuns. Apesar desses avanços, muitas ainda enfrentam desafios, como falta de mão de obra qualificada (29%) e ausência de tecnologias economicamente viáveis (24%). Para apoiar essa transformação, a CNI atua promovendo capacitação, difusão de soluções inovadoras e articulação de políticas públicas, contribuindo para uma indústria mais competitiva, inovadora e sustentável

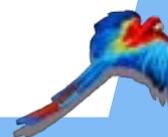
“
O desenvolvimento de alternativas de reaproveitamento dos resíduos sólidos, processo que faz parte da economia circular, é uma necessidade para os gestores locais, que tem a responsabilidade pela correta destinação dos mesmos. Os custos da prestação desse importante serviço público são crescentes, gerando pressão sobre os orçamentos municipais, e como o preço do serviço se dá em função de volume e peso, ao reaproveitarmos parte desses resíduos temos um triplo ganho para o governo local: aumentamos a vida útil do aterro sanitário, que vai demorar mais a ficar lotado pela redução do volume, diminuição dos custos, em função de redução de volume e peso de resíduos destinados ao aterro e geração de novas alternativas de emprego e renda com o aproveitamento de tais resíduos nas cadeias produtivas locais. Assim, é estratégico que o gestor municipal tenha um olhar especial para o fomento de atividades abarcadas pelas ações de economia circular.

Paulo Ziulkoski
Presidente da Confederação
Nacional de Municípios (CNM)



Davi Bomtempo
Superintendente de Meio Ambiente
e Sustentabilidade da Confederação
Nacional das Indústrias (CNI)





A CONAMP reforça que o Ministério Público, como instituição de defesa do regime democrático e da ordem jurídica, contribuirá, nesse quadro normativo e fático, para fiscalização do cumprimento da PNRS, logística reversa e obrigações ambientais de empresas, buscará do poder público que políticas de circularidade sejam implementadas de modo progressivo, sob o prisma do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado (art. 225 da CF), promoverá a tutela coletiva quando houver omissões ou descumprimentos por parte do setor privado e atuará como indutor de boas práticas: não apenas repressivo, mas também e sobretudo de forma destacada e prioritária fomentando parcerias, recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que internalizem a circularidade nas atividades empresariais e nas compras públicas. Com isso, o MP se apresenta como guardião da efetividade da economia circular como dimensão do desenvolvimento sustentável, da justiça climática e da proteção intergeracional.”



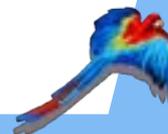
Tarcísio José Sousa Bonfim
Associação Nacional dos Membros
do Ministério Público (CONAMP)

Nos pequenos negócios está a força da mudança. É com eles que a circularidade se torna prática, valor e inspiração. Cada decisão de reaproveitar, reduzir ou regenerar abre caminho para um novo modelo de desenvolvimento. Quando um empreendedor transforma resíduos em oportunidades, ele não apenas reduz impactos, ele reinventa o significado de produzir e consumir. A circularidade nasce no olhar atento de quem entende que o desperdício é um erro de design e que a sustentabilidade é, antes de tudo, uma estratégia inteligente de negócios. Ao fazer girar a roda da economia de forma mais justa, limpa e colaborativa, os pequenos negócios mostram que a transição para um mundo regenerativo não depende de grandes estruturas, mas de grandes atitudes.

André Schelini

Diretor Técnico do Sebrae
Mato Grosso/ Centro
Sebrae de Sustentabilidade.





O Sebrae tem se consolidado como liderança nacional para a transição rumo à economia circular. O olhar inovador e ambicioso, justamente para os empreendimentos que mais precisam de apoio e orientação - as micro e pequenas empresas -, é fundamental. Este caderno chega no momento mais propício. O Brasil deu saltos significativos em políticas públicas de economia circular no último ano e chega à COP30 com muito para compartilhar com o mundo. Com o Sebrae nesta jornada, ganhamos em solidez e capilaridade destas políticas.



Pedro Prata

Gerente sênior de Políticas e Instituições para América Latina da Fundação Ellen MacArthur

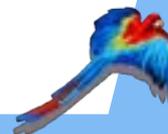


Eduardo Paes

Presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)



As grandes cidades brasileiras têm um papel estratégico na aceleração da Economia Circular. Reunindo 61% da população e gerando 74% do PIB nacional, esses centros urbanos concentram recursos, talentos e dados que podem transformar desafios em oportunidades. Justamente pela sua densidade e complexidade, tornam-se ambientes ideais para desenvolver e escalar soluções tecnológicas que incentivam a transição do modelo linear para a circularidade. A agenda local deve ser inclusiva, abrindo espaço para parcerias público-privadas e valorizando micro e pequenos empreendedores que já incorporam princípios circulares em seus negócios. Ao apoiar essas iniciativas e conectá-las às cadeias produtivas, os municípios podem transformar seus territórios em verdadeiros polos de inovação, tornando a Economia Circular uma realidade para todos.



A economia circular representa uma grande oportunidade para os negócios brasileiros, especialmente para as micro e pequenas empresas. Ao adotar práticas circulares – como o reaproveitamento de materiais, o redesenho de processos e a redução de desperdícios, as MPEs podem aumentar sua eficiência, reduzir custos e inovar com soluções sustentáveis. Mais do que uma tendência, trata-se de uma estratégia que fortalece a competitividade, abre novos mercados e contribui para a transição rumo a uma economia mais resiliente, inclusiva e alinhada às demandas ambientais e sociais do nosso tempo.



Patricia Guarnieri

líder do Grupo de pesquisa e estudos avançados em logística, supply chain e sustentabilidade (GeaLOGS)



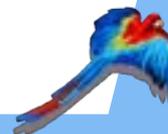
A economia circular é o motor da transformação socioecológica da economia brasileira, representando uma oportunidade real de gerar empregos verdes e inclusivos e de criar negócios que regeneram nosso capital natural. O Sebrae, com sua capilaridade e visão territorial únicas, tem o protagonismo em levar essa visão para o dia a dia das micro e pequenas empresas. Para nós do projeto ProMEC, no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha, é uma honra apoiar o Sebrae nesta missão. Juntos, unimos forças para ter um alcance maior e, através de uma diversidade de serviços, fortalecer especialmente o empreendedorismo feminino, impulsionando um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil.



Nico Kohlhas

Diretor do Projeto Promoção de uma Economia Circular para a Transformação Econômica Socioecológica (PromEC) / Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH





A parceria entre o Global Methane Hub e o Sebrae é estratégica para mostrar como a economia circular dos orgânicos pode gerar impacto real nos territórios, unindo inovação, inclusão e sustentabilidade com a mitigação das emissões de metano. Estamos alinhados em frentes que vão do apoio ao Instituto Polis em Belém à valorização do trabalho de catadoras e catadores na compostagem dos resíduos orgânicos da COP30, à expansão do projeto Tonelada Justa com a Fundação Avina, e à conexão com programas do Sebrae como o Cidade Empreendedora e o Pró-Catadores. Para nós do GMH, a COP30 será o momento de consolidar essa colaboração, fortalecendo os pequenos negócios como protagonistas da transição circular e de um futuro climático mais justo e regenerativo.



Henrique Bezerra
Líder Regional do Global Methane Hub.

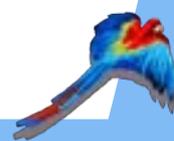


Para a ICC Brasil, é estratégico integrar as agendas de circularidade, clima, biodiversidade e bioeconomia, reconhecendo que, embora distintas em conceito e regulação, essas frentes se fortalecem mutuamente ao apontar caminhos para um modelo de desenvolvimento regenerativo, competitivo e resiliente. A economia circular, em particular, é uma resposta estratégica à crise planetária tripla - mudança climática, poluição e perda de biodiversidade - e representa uma transformação profunda do modelo econômico global. A circularidade busca preservar o valor de materiais e produtos dentro de ciclos biológicos e industriais, promovendo eficiência sistêmica, geração de empregos, inovação, redução de emissões e regeneração ambiental. No Brasil, esse potencial ganha ainda mais relevância com a bioeconomia do conhecimento, que valoriza a biodiversidade brasileira por meio da ciência, tecnologia e inovação. Ciente disso, a ICC Brasil lançou o estudo O Potencial do Brasil na Bioeconomia do Conhecimento, que projeta, a partir de 2032, uma contribuição adicional entre 100 e 140 bilhões de dólares à economia nacional, com base em cadeias de valor circulares e de alto valor agregado.



Gabriela Dorlhiac
Diretora-executiva da ICC Brasil





No ICLEI, acreditamos que as compras públicas sustentáveis vão muito além da busca por eficiência. Elas são uma poderosa ferramenta para promover equidade, inclusão social, proteção ambiental, fortalecimento das economias locais e regionais e incentivo à inovação. Incorporar a sustentabilidade de forma sistêmica à gestão pública é um passo essencial para modernizar as administrações municipais e estaduais e qualificar os serviços oferecidos à população.

As compras públicas sustentáveis devem ser orientadas pelos princípios do desenvolvimento sustentável. Isso significa adotar critérios nos processos licitatórios que considerem o menor impacto ambiental possível, a redução e gestão adequada de resíduos e a valorização de fornecedores locais e regionais e de relações de trabalho baseadas em boas práticas. São escolhas que fazem a diferença no presente e constroem um futuro mais resiliente, circular, justo e equitativo para todos entes federativos mas em especial para os Estados e Municípios Brasileiros.



Rodrigo Perpétuo

Secretário Executivo do ICLEI
América do Sul.



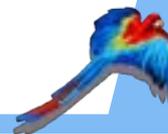
Acreditamos que a economia circular é essencial para enfrentar a emergência climática, gerar empregos dignos e fortalecer economias locais. Na COP30 reforçamos nosso compromisso, junto ao Sebrae e a outros parceiros, em unir pequenos negócios, cooperativas, governos e empresas para acelerar a transição justa e regenerativa. Defendemos políticas públicas, incentivos fiscais e mecanismos de financiamento acessíveis para tornar o Brasil referência global em circularidade, lixo zero e justiça climática.



Rodrigo Sabatini

Presidente do Instituto Lixo Zero





O MDIC consolidou marcos estruturantes para a transição da economia brasileira rumo à circularidade e à descarbonização, com destaque para a Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC), instituída pelo Decreto nº 12.082/2024, que estabelece princípios e diretrizes para transformar o atual modelo linear em um sistema produtivo regenerativo e eficiente. A ENEC é operacionalizada por meio do Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC), construído de forma participativa no âmbito do Fórum Nacional de Economia Circular e estruturado em eixos estratégicos que integram inovação, ambiente regulatório, preservação do valor dos materiais e instrumentos financeiros. Complementarmente, o Programa Selo Verde Brasil, instituído pelo Decreto nº 12.063/2024, garante reconhecimento oficial a produtos, cujas empresas produtoras estão comprometidas com práticas sustentáveis e circulares, ampliando a transparência para consumidores e mercados internacionais. Juntas, essas políticas representam entregas concretas do MDIC que posicionam o Brasil como referência global em economia verde, fortalecendo a neoindustrialização, a competitividade e a justiça climática.



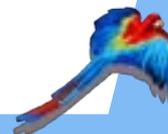
Julia Cortez da Cunha Cruz
Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)



Para o Ministério da Fazenda, a economia circular é um pilar estratégico do Plano de Transformação Ecológica, capaz de redefinir a política econômica brasileira diante da crise planetária tripla – mudança climática, poluição e perda de biodiversidade. Essa transição exige não apenas inovação tecnológica e novos modelos de negócios, mas também uma base financeira sólida, que viabilize investimentos, reduza barreiras regulatórias e crie um ambiente favorável à competitividade. É nesse sentido que o Eixo 4 do Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC) se torna central, ao propor instrumentos fiscais, tributários, financeiros e creditícios que apoiam empresas e territórios na implementação de práticas circulares. Critérios claros de financiamento, linhas de crédito específicas e suporte técnico ao sistema financeiro fortalecem cadeias produtivas regenerativas e ampliam as condições para que a circularidade se torne realidade em escala. Esses mecanismos fortalecem a infraestrutura de reciclagem e logística reversa, estimulam tecnologias limpas e integram cadeias produtivas regenerativas, posicionando o Brasil como protagonista global na construção de uma economia circular e competitiva. Esse avanço é complementado pelo estímulo às compras públicas de bens e serviços circulares e pelo alinhamento da Taxonomia Sustentável Brasileira aos princípios da circularidade. Assim, o Plano de Transformação Ecológica consolida-se como estratégia de Estado para alinhar incentivos econômicos às metas ambientais, promover inclusão produtiva e atrair investimentos nacionais e internacionais. Ao posicionar a economia circular no centro da política econômica, o Brasil fortalece sua competitividade global e se projeta como protagonista da transição para uma economia verde e regenerativa.



Carolina Grottera
Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda



Ampliar a circularidade cria sinergias e oportunidades econômicas para dar maior eficiência e produtividade aos pequenos empreendimentos. A Economia Circular é um dos principais instrumentos para ampliar a proteção ambiental e climática, e, ao mesmo tempo, para criar os empregos e oportunidades na nova economia verde. Pequenos, médios e grandes empreendimentos, todos podem se beneficiar dessa revolução pela circularidade.



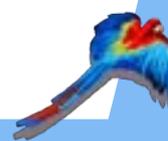
Adalberto Felício Maluf Filho
Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. Ministério de Meio Ambiente (MMA)



A economia circular é uma poderosa alavanca para o desenvolvimento sustentável e para a descarbonização. Ao promover o uso inteligente dos recursos, reduzir emissões e evitar desperdícios, ela permite que o crescimento econômico caminhe lado a lado com a regeneração ambiental. No cooperativismo, essa lógica ganha ainda mais força, pois alia inovação colaborativa, impacto local e inclusão social. As cooperativas de produção e serviços estão cada vez mais incorporando práticas circulares em seus processos, reaproveitando insumos que antes seriam descartados. Parte desses resíduos, por exemplo, é transformada em energia renovável – como o biogás, utilizado no transporte ou em caldeiras industriais – contribuindo para a redução de custos, o fortalecimento da autonomia energética e a diminuição das emissões de gases de efeito estufa. O documento “Economia circular e os pequenos empreendedores na implementação climática” é um marco nesse caminho. Ele demonstra que é possível crescer com responsabilidade, gerar impacto positivo e construir um legado duradouro. O cooperativismo está pronto para liderar essa transformação – articulando circularidade e descarbonização em benefício da sociedade e do planeta.



Márcio Lopes de Freitas
Presidente do Sistema OCB



Acreditamos que a Economia Circular é um dos pilares mais estratégicos para transformar os modelos de negócio e impulsionar a inovação sustentável no Brasil. O Movimento Conexão Circular, liderado pelo Pacto Global da ONU - Rede Brasil, tem mobilizado empresas de todos os setores para acelerar práticas circulares em larga escala, conectando soluções, fortalecendo parcerias e gerando impacto positivo em toda a cadeia de valor. Na COP30, reforçamos nosso compromisso em ampliar a ambição empresarial e construir um ecossistema de setores engajados na transição para uma economia mais justa, regenerativa e de baixo carbono



Rubens Filho

Gerente Executivo de Meio Ambiente do Pacto Global da ONU - Rede Brasil



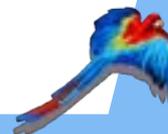
O programa Conexões Corporativas do Sebrae já desenvolveu inúmeros projetos com este objetivo, ampliando o potencial de impacto ao gerar valor compartilhado em toda a cadeia. Temos fornecedores diretos e indiretos que abastecem grandes empresas com insumos e serviços. Neste sentido, a parceria com a Lojas Renner S.A., por exemplo, contou com o envolvimento e o desenvolvimento de fornecedores, com projetos para a redução de desperdício de tecidos e materiais, diminuição do consumo de energia e água (especialmente em lavanderias de jeans) e reforço de requisitos de conformidade legal e documental, melhorando a gestão de riscos.



Eduardo Moller Ferlauto

Diretor de Sustentabilidade Lojas Renner





A sinergia com orientação a resultados será fundamental para superar os desafios complexos do combate às mudanças climáticas. O SENAI, maior rede brasileira de inovação e tecnologia para a indústria, impulsiona a colaboração com parceiros estratégicos para elevar a competitividade e a sustentabilidade nacional. A atuação dos Institutos SENAI no desenvolvimento de soluções tecnológicas compreende temas prioritários como a Economia Circular e de Baixo Carbono. Como uma das instituições coordenadoras de um programa prioritário do Mobilidade Verde e Inovação (MOVER), o SENAI promove alianças no ecossistema de inovação e mobiliza iniciativas estruturantes para o setor automotivo, incluindo o projeto “Economia circular de autopeças plásticas e têxteis”. Também vale destacar a implantação do Instituto SENAI de Inovação em Biodiversidade e Economia Circular, que atuará com projetos de pesquisa e desenvolvimento industrial para inserir a biodiversidade brasileira e os seus resíduos nas cadeias produtivas globais, onde a parceria com o SEBRAE será fundamental para envolver os micros e pequenos empreendedores.



Gustavo Leal
Diretor Geral do Serviço
Nacional de Aprendizagem
Industrial (SENAI)



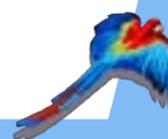
A eficiência no uso dos recursos naturais está no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável do agro brasileiro, pois contribui para uma economia circular eficiente e necessária, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico e social do setor. Manter os recursos dentro da cadeia produtiva pelo maior tempo possível, estendendo a vida útil de insumos e produtos, já é realidade no campo, como demonstram tecnologias de agricultura de baixo carbono, a exemplo do plantio direto, do cultivo de florestas, dos biocombustíveis, entre outras tecnologias amplamente empregadas.

Esse modelo contribui para a sustentabilidade ambiental e econômica, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais, fortalecendo a resiliência dos sistemas produtivos, gerando novas oportunidades de negócios e atendendo à crescente demanda por alimentos produzidos de forma mais responsável. Nesse sentido, adotar a economia circular no agro significa reconhecer o protagonismo do campo na transição para um futuro sustentável, em que a produção de alimentos, fibras e energia ocorre em equilíbrio com a preservação dos ecossistemas.

Para promover o acesso a essas práticas, são necessárias políticas compatíveis, como financiamento, incentivos econômicos, capacitação e assistência técnica e gerencial. É nesse contexto que o SENAR desempenha papel essencial, levando conhecimento e oportunidades aos pequenos produtores e trabalhadores rurais brasileiros.



Daniel Carrara
Diretor-Geral do Serviço Nacional
de Aprendizagem Rural (SENAR)



A economia circular desempenha um papel essencial no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao promover uma indústria mais sustentável, eficiente e inclusiva. Trata-se de um modelo que busca eliminar resíduos e poluição desde a origem, manter produtos e materiais em uso pelo maior tempo possível e regenerar sistemas naturais por meio do design inteligente e da reutilização de recursos.

Diversos exemplos ilustram essa abordagem, como o Projeto GE-F-Biogás Brasil, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que será expandido para as regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, em 2026, dois novos grandes projetos

serão lançados: um voltado para o desenvolvimento da indústria nacional de biofertilizantes a partir de resíduos orgânicos, e outro dedicado à aplicação de práticas circulares em diversas cadeias produtivas nacionais, com foco na ação climática e biodiversidade.

Ambos os projetos serão desenvolvidos no âmbito da parceria entre a UNIDO e o SEBRAE. Uma colaboração que não apenas contribui para a concretização dos ODS, como também fortalece cadeias produtivas locais, fomenta empregos verdes e apoia o Brasil na construção de um futuro mais sustentável e resiliente.



Clóvis Zapata

Representante no Brasil da
Organização das Nações
Unidas para o Desenvolvimento
Industrial - UNIDO



* SEBRAE COP 30 *

